

Derivando o sufixo *-r* latino e seus alomorfes: uma descrição baseada na Morfologia Distribuída

Deriving Latin's -r suffix and its allomorphs: a description based on Distributed Morphology

*Lydsson Agostinho Gonçalves¹
Paula Roberta Gabbai Armelin²*

RESUMO

Este artigo investiga a constituição morfológica do sufixo *-r* da língua latina, bem como de seus alomorfes, nos diferentes contextos em que eles são encontrados. Esse morfema é comumente identificado pelas gramáticas como parte da composição da voz passiva, mas também marca outras estruturas e, assim, pode ser considerado sincrético. O trabalho se desenvolve sob o modelo teórico da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997) e parte de análises argumentais como as vistas em Schäfer (2008), Lazzarini-Cyrino (2015) e Gonçalves e Armelin (2021) para propor que tal morfema é a realização de um argumento anafórico que não conseguiu se ligar na sintaxe. Assumindo a caracterização de anáforas de Heintz (2006a, 2006b), essa configuração impediria a anáfora de ser marcada com Caso, o que, por sua vez, acarretaria uma violação do filtro do Caso (LEVIN, 2015). Via Deslocamento Local (EMBICK e NOYER, 2001), a anáfora então se move para o domínio verbal, escapando à necessidade de Caso. Esse processo, em diferentes estruturas sintáticas, promove a interpretação dos contextos em que a marca é vista. Todavia, a simples incorporação da anáfora não é capaz de gerar as formas verbais latinas, havendo uma incongruência entre as formas previstas e as reais. Aplica-se uma variedade de operações morfológicas e regras de reajuste para adequar a proposta aos dados da língua.

Palavras-chave: *sincretismo passivo, Deslocamento Local, operações morfológicas.*

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora; lydsson.goncalves@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0875-7334>.

2 Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora; armelin.paula@ufjf.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4751-2831>.

ABSTRACT

This paper investigates the morphological constitution of Latin's *-r* suffix, as well as that of its allomorphs, in the different contexts in which they are found. That morpheme is commonly identified by grammars as part of the composition of the passive voice, but it also marks other structures and, thus, can be considered syncretic. The study is developed under the framework of Distributed Morphology (HALLE & MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997) and is based on argument analyses such as those seen in Schäfer (2008), Lazzarini-Cyrino (2015) and Gonçalves and Armelin (2021), proposing that such morpheme is the realization of an anaphoric argument that could not be bound in syntax. Assuming Heina's (2006a, 2006b) characterization of anaphors, such a configuration would prevent the anaphor from being Case-marked, which, in turn, would promote a violation of the Case filter (LEVIN, 2015). Via Local Dislocation (EMBICK & NOYER, 2001), the anaphor then moves into the verbal domain, escaping the need for Case. That process, in different syntactic structures, promotes the interpretation of the contexts in which this marker is seen. However, simply incorporating the anaphor is not enough to generate Latin's verbal forms – there is a mismatch between the predicted forms and the real ones. A variety of morphological operations and phonological readjustment rules are applied to conform the proposal to the language's data.

Keywords: *passive syncretism, Local Dislocation, morphological operations.*

Este trabalho se dedica a analisar a constituição morfológica do sufixo *-r* da língua latina, bem como de seus alomorfes, no intuito de caracterizar formalmente as regras que determinam a sua realização. Para tal, utiliza o modelo teórico da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997; e trabalhos subsequentes) – doravante MD – e, mais especificamente, expande a análise prévia para esse morfema encontrada em Gonçalves e Armelin (2021). De acordo com essa proposta, a identidade subjacente a esse elemento é a de um argumento verbal defectivo; mais especificamente, trata-se de uma anáfora não ligada. A impossibilidade de ligação na sintaxe desencadeia uma série de interações nas interfaces, que culminam com a incorporação da anáfora ao verbo, sendo ela linearizada como um sufixo.

A ideia de que o *-r* latino é subjacentemente um argumento se origina na observação de que esse elemento está presente em diversos contextos morfossintáticos distintos: a voz passiva, estruturas impessoais, anticausativas, a voz média e os verbos depoentes. Esse conjunto de domínios,

ou conjuntos semelhantes, é sincrético em diversas outras línguas além do latim, o que tem promovido uma busca constante por uma caracterização formal capaz de capturar tal fenômeno (SCHÄFER, 2008; PUJALTE e SAAB, 2012; ALEXIADOU, 2013; entre outros). Uma das linhas de análise nessa empreitada defende que o elemento sincrético é um argumento verbal, pois ele é visto em distribuição complementar com o argumento interno ou o externo. Os trabalhos de Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015) têm como ponto central essa ideia e formam a base para a proposta de Gonçalves e Armelin (2021), que tem o latim como língua de estudo.

O sincretismo entre todos esses contextos diversos ocorreria, de acordo com os estudos citados, por haver um argumento anafórico em todos eles. Gonçalves e Armelin (2021) aplicam essa linha de raciocínio à língua latina e desenvolvem um sistema compatível com os seus contextos sincréticos, mas o trabalho está focado principalmente nas estruturas sintáticas, não se dedicando a determinar exatamente as regras de inserção de cada um dos alomorfes do *-r*. Ademais, a simples afixação desse argumento ao verbo não é capaz, por si só, de gerar todas as formas encontradas na língua, havendo discrepâncias entre o previsto pela estrutura sintática e os dados reais. Este artigo se propõe a cobrir essa lacuna, revisitando a proposta em questão e elaborando a análise.

O trabalho se divide em cinco seções, além da introdução. Na primeira, revisamos o morfema que é objeto de análise, definindo os contextos em que se realiza; na segunda, visitamos os pontos principais do modelo com o qual trabalhamos, a MD; na terceira, exploramos a proposta teórica que analisa tal morfema como um argumento do verbo incorporado, que serve de base para nossa descrição; na quarta, trazemos nossa análise morfológica, com atenção especial às regras e operações cruciais para a correta derivação dos dados; na quinta, encerramos com algumas considerações finais.

1 O sufixo *-r*: padrões de realização

A morfologia latina é muito expressiva, detentora de expoentes específicos para a maioria das configurações morfossintáticas da língua. Há marcações explícitas, por exemplo, para gênero, número e Caso nos nomes e para número, pessoa e voz nos verbos. Morfológicamente, identificam-se duas vozes no latim: a ativa e a passiva. O paradigma ativo é amplamente aceito como o *default*, já que a voz passiva carrega material adicional em relação a ele. A conjugação a seguir, no presente do indicativo, demonstra isso:

(1) Conjugação verbal latina – presente do indicativo

a. voz ativa	b. voz passiva
<i>amō</i> (“eu amo”)	<i>amor</i> (“eu sou amado/a”)
<i>amās</i> (“você ama”)	<i>amāris</i> (“você é amado/a”)
<i>amat</i> (“ele/ela ama”)	<i>amātur</i> (“ele/ela é amado/a”)
<i>amāmus</i> (“nós amamos”)	<i>amāmur</i> (“nós somos amados/as”)
<i>amātis</i> (“vocês amam”)	<i>amāmini</i> (“vocês são amados/as”)
<i>amant</i> (“eles/elas amam”)	<i>amantur</i> (“eles/elas são amados/as”)

Como se nota, as formas passivas quase sempre apresentam um *-r* adicional em relação às formas ativas. As únicas exceções são as 2^{as} pessoas, que possuem desinências diferentes. Ainda assim, é notável a semelhança entre os dois paradigmas, com o passivo expressando maior complexidade. Em termos de análises formais, é bastante aceito que o *-r* seria a peça *default* para a expressão da voz passiva (cf. PINZIN, 2015; EMBICK, 2015) e que as outras variações seriam seus alomorfes.

Uma questão relevante é que o *-r* não se limita a aparecer apenas na voz passiva. Ele é encontrado em ao menos outros quatro contextos: os impessoais, os anticausativos, o domínio médio e os verbos depoentes³. Os dados abaixo, extraídos de diversas fontes, explicitam esses usos:

(2) Diferentes contextos de uso do morfema *-r* em latim:

a. voz passiva

Vbi illa s̄ancta am̄icitia, s̄i n̄on ipse am̄icus per s̄e am̄atur [...]?

“E o que será daquela sagrada amizade, se o amigo não é amado pelo que é [...]?”⁴ (Cícero, *De legibus*, 1.18)

b. impessoais

Diēs noctēsque ēstur, bibitur.

“Dia e noite se come e se bebe.” (Plauto, *Mostellaria*, 235)

c. anticausativos

Complētur caede quantum inter castra mūrōsque uacū.

“O espaço entre o acampamento e os muros se enche de morte.” (Tácito, *Histórias*, III.29)

d. voz média

Impiger occultīs Poenus postquam abditur umbrīs.

“Depois que o intrépido Poeno se esconde nas sombras ocultas.” (Sílio Itálico, *Púnica*, XV.487)

e. verbos depoentes

3 Depoentes são verbos cuja forma sempre apresenta a morfologia passiva, embora sintática e semanticamente se comportem como ativos. São uma classe controversa, cuja caracterização formal extrapola em muito o escopo deste artigo. Para diferentes propostas de análise para os depoentes, cf. Embick (2000), Alexiadou (2013) e Grestenberger (2017).

4 Todas as traduções presentes no artigo são dos autores.

Nos dados de (2a) a (2e), nota-se que a chamada desinência de voz passiva pode marcar estruturas de interpretações diferentes, situação que configura um sincretismo. Esse fenômeno é identificado quando uma mesma forma morfológica desempenha mais de uma função sintática. Alguns exemplos clássicos de sincretismo incluem o sufixo *-ia* do português, que marca o pretérito imperfeito em duas das três conjugações verbais da língua, e o sufixo *-is* do próprio latim, que marca os Casos dativo e ablativo no plural nos nomes de 1ª e 2ª declinação.

O sincretismo dos contextos vistos em (2) não se limita ao latim. Lazzarini-Cyrino (2015), estudando esse fenômeno morfológico numa variedade de línguas, identifica que os padrões mais comuns envolvem uma extensão da morfologia para outros domínios a partir das passivas ou dos reflexivos; por isso, propõe o termo *sincretismo passivo-reflexivo*, ou SPR, que também adotaremos neste artigo. O autor observa que o fio que conecta os contextos do SPR é o fato de que sempre envolvem um sujeito afetado pela ação verbal; por outro lado, o grau de envolvimento ou agentividade desse sujeito para com a ação pode variar. Por exemplo, nos reflexivos o sujeito age plenamente e também é afetado pela ação; nas passivas, ele é afetado, mas não tem nenhum envolvimento com o desencadeamento do evento. A proximidade relativa entre os contextos sugere uma estrutura verbal também próxima, propícia para uma perda de oposição que geraria um sincretismo.

A estrutura que adotaremos para esta análise foi desenvolvida no quadro teórico da MD e faz uso exaustivo das ferramentas de que o modelo dispõe. O sincretismo é um fenômeno de grande interesse para os estudos linguísticos de maneira geral, por oferecer a possibilidade de averiguar de perto os pontos de interseção entre morfologia e sintaxe; por essa mesma razão, então, é de particular interesse para a MD, um modelo que tem em sua base a aproximação entre esses dois componentes. Assim, a próxima seção se dedica a apresentar brevemente o modelo, de modo a permitir uma compreensão mais fluida da análise que virá mais adiante.

2 MD e sincretismo: pontos-chave

A MD, introduzida em Halle e Marantz (1993), expandida em Marantz (1997) e revisitada em diversos trabalhos posteriores, é um modelo teórico de base gerativa que tem como ponto central uma perspectiva não lexicalista da gramática. Em termos gerais, isso significa que o modelo se opõe à ideia de que haveria um componente lexical como local de formação

e/ ou armazenamento de palavras. Na MD, as funções que até outrora eram comumente atribuídas a esse componente são redistribuídas ao longo da derivação, acessadas nos momentos em que se fazem relevantes. Com isso, a formação de todas as estruturas hierarquicamente complexas, de palavras a sentenças, passa a ocorrer num mesmo componente, a sintaxe, seguindo as mesmas regras.

Devido à aproximação entre formação de palavras e de sentenças, a MD permite observar de perto a interação entre esses dois domínios, sendo um modelo propício para o tratamento do sincretismo – fenômeno localizado, grosso modo, no domínio da palavra, mas condicionado por fatores mais amplos, da estrutura sintática. Dois dos conceitos de base da MD são particularmente importantes para isso: a Inserção Tardia da Fonologia e a Subespecificação de Itens de Vocabulário.

A Inserção Tardia da Fonologia se relaciona com o esvaziamento do léxico que a MD propõe. Em abordagens gerativas lexicalistas, as entradas lexicais em geral abrigam uma série de informações, entre elas instruções de pronúncia e uma semântica própria daquele elemento. Na MD, o léxico é esvaziado dessas informações, restando nele apenas os primitivos linguísticos com os quais a sintaxe trabalha: raízes e traços morfossintáticos. Esse léxico reduzido é comumente chamado de *Lista 1*, ou *Léxico Estrito*⁵, e tal redução é motivada pela aparente falta de importância que a fonologia e a semântica têm para a sintaxe, uma vez que não motivam, condicionam ou bloqueiam suas operações. Elas, por sua vez, ocupam outras listas, a *Lista 2* e a *Lista 3*, respectivamente, que são acessadas apenas após a parte sintática da derivação, quando o conteúdo é enviado às interfaces, no processo de *spell-out*.

O *spell-out* é um mecanismo que, após a atuação da sintaxe, envia as informações hierarquizadas por ela para as interfaces de PF (*phonological form*/ “forma fonológica”) e LF (*logical form*/ “forma lógica”), nas quais são atribuídos a fonologia e o sentido. A Lista 2, também chamada de *Vocabulário*, armazena uma série de peças fonológicas, chamadas Itens de Vocabulário (IVs), bem como instruções para sua inserção. É a essa dissociação entre informação sintática e fonologia que se refere a Inserção Tardia. Algo similar ocorre no ramo de LF, que lê e atribui sentido aos traços oriundos da sintaxe. Quando necessário, o sistema recorre à Lista 3, ou *Enciclopédia*, que guarda a semântica “de mundo”, não derivável⁶.

5 Há algum debate com relação ao conteúdo exato que permanece na Lista 1, em especial quando se fala das raízes. A maneira como elas são armazenadas e como recebem fonologia e sentido é discutida constantemente. O funcionamento das raízes não é um fator crucial para este trabalho e, portanto, não discutiremos sua natureza aqui. Para debates a esse respeito, cf. Haugen e Siddiqi (2013) e Harley (2014).

6 O conteúdo exato da Lista 3 também é debatido, e sua formalização é uma tarefa complexa. Há, por exemplo, um questionamento com relação ao momento em que ela é ativada e se teria acesso apenas às informações de LF ou também às de PF. Todavia, essa discussão não se faz necessária para os propósitos deste trabalho, uma vez que trabalharemos com elementos cujo sentido pode ser derivado composicionalmente.

A Subespecificação de IVs é uma propriedade do processo de inserção e estabelece que ela ocorrerá com base no chamado *Princípio do Subconjunto*: no momento da busca por IVs, é possível que não seja encontrado um que contenha todos os traços gerados pela sintaxe; nesse caso, o sistema permite que outro IV, que contenha apenas uma parte deles, seja inserido. Para se ter uma ideia de como esse processo funciona, digamos que, em português, exista um IV, /va/, reservado para o conjunto de traços [pretérito imperfeito] e [1ª conjugação]⁷. Quando esse conjunto sofre *spell-out* e é encaminhado a PF, a peça fonológica em questão é ativada. Há também um outro IV, /ia/, marcado apenas como [pretérito imperfeito]. Quando um verbo de 2ª ou 3ª conjugação chega a PF – carregando, portanto, os traços [pretérito imperfeito] e [2ª conjugação] ou [pretérito imperfeito] e [3ª conjugação], respectivamente –, não haverá disponível uma peça específica para cada um, mas /ia/ poderá ser usado para ambos, por conter um subconjunto dos traços solicitados e nenhum conflitante.

Assim, o que ocorre no momento da inserção vocabular é uma competição entre os IVs, e aquele que se aproxima mais do requerido pela sintaxe vence a disputa. Essa propriedade é muito importante para o tratamento do sincretismo, uma vez que, como visto no exemplo acima, permite que ele seja entendido como efeito da subespecificação. De maneira geral, é isso que acontece com a peça sincrética analisada neste trabalho.

Um último ponto a ser mencionado sobre o modelo é que ele conta ainda com um componente adicional, chamado comumente apenas de *Morfologia*, localizado no ramo de PF, entre a sintaxe e a realização fonológica. Esse componente aplica operações que visam adequar ou corrigir eventuais problemas nas estruturas construídas pela sintaxe, de modo a deixá-las de acordo com as necessidades de externalização da língua. Nada do que é feito nesse componente pode ser interpretado, já que LF não pode ver sua atuação, e também não se reflete sintaticamente, posto que ocorre após esse componente. A título de exemplificação, uma das possíveis operações morfológicas é a chamada *inserção de nós*, que adiciona nós não existentes na sintaxe. É o que parece ocorrer, por exemplo, com as vogais temáticas, ou VTs (EMBICK, 2015). Elas não parecem carregar significado, e sua presença não é sintaticamente relevante. Com a operação de inserção de nós, a morfologia seria a responsável por adicionar uma posição na estrutura para que tais elementos sejam realizados.

As operações aplicadas pela Morfologia são limitadas, mas essenciais para garantir a derivação adequada dos dados em diversas situações. Voltaremos a elas nas próximas seções, à medida que se fizerem necessárias para a análise.

⁷ Os traços apresentados aqui são apenas para exemplificação do sistema e não representam uma análise formal dessas estruturas.

3 A proposta de base: *-r* como um argumento incorporado

Nesta seção, apresentamos os pontos principais da proposta vista em Gonçalves e Armelin (2021), a qual proverá a estrutura de base por trás da distribuição do morfema *-r* latino. Nosso artigo parte da estrutura sintática desenvolvida pelos autores para propor uma caracterização mais específica das peças vocabulares.

A proposta de Gonçalves e Armelin (2021) se insere numa linha de análise mais ampla que interpreta as marcas do SPR como realizações de argumentos defectivos, tendo como principais influências os trabalhos de Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015). O mecanismo geral é relativamente simples: esse elemento é uma anáfora, e sua inserção em diferentes posições acarreta consequências diferentes. Adotando a visão de Heinat (2006a), anáforas são definidas como DPs defectivos em termos de traços- ϕ – eles não são inerentemente valorados como os dos DPs tradicionais. Por essa razão, anáforas precisam estabelecer uma ligação com algum outro DP na estrutura, que servirá como seu referente e fará a valoração desses traços. O mais tradicionalmente aceito, então, é que as anáforas ocupem posições baixas nas estruturas, já que o DP que compartilhará os seus traços precisa c-comandá-la. É o que ocorre no caso dos reflexivos. A inovação da proposta fica por conta da possibilidade de uma anáfora ocupar uma posição alta, como a de argumento externo, e terminar a derivação sem se ligar. Essa seria a estrutura básica por trás dos contextos de SPR do latim.

16 A princípio, uma anáfora não ligada deveria constituir uma violação do Princípio A da Teoria de Ligação, impedindo a derivação de prosseguir. Como a derivação dos contextos sincréticos é bem-sucedida, é preciso, então, averiguar como o sistema lida com esse elemento. De imediato, sabe-se que os traços- ϕ dessa anáfora nunca serão valorados. Schäfer (2008) propõe que a ausência de valor nos traços- ϕ não causaria um crash derivacional, mas sim faria simplesmente com que LF interpretasse tal objeto como um expletivo. Já no ramo de PF, uma operação de cópia de traços (LAZZARINI-CYRINO, 2015) traria os valores do argumento interno para ele, promovendo o tipo de concordância “superficial” vista em construções do tipo *eu me assustei*, em que não há leitura reflexiva. Isso ocorre porque a concordância entre “eu” e “me” foi feita após o *spell-out*, sendo incapaz de se refletir na interpretação.

Não é apenas sem traços- ϕ que a anáfora fica, porém. Nesse sistema, uma anáfora não ligada também não pode receber Caso, pois a valoração desse traço é estabelecida como contraparte de uma relação de *Agree* entre um DP e um núcleo funcional. A formulação de Heinat (2005, p. 49) elucida melhor essa questão:

O traço de caso não valorado torna o DP ativo, e os traços- ϕ não valorados tornam T e ν ativos. Mas caso é um traço especial. É um traço no DP, mas não em ν ou T. [...] DP tem o seu traço de caso valorado como efeito colateral da concordância de traços- ϕ . Se um DP valora todos os traços- ϕ de ν ou T, caso é valorado.⁸

Assim, pode-se entender Caso como uma necessidade dos DPs de estabelecerem *Agree* com algum núcleo, e sua valoração significa dizer que esse DP está “pronto” para ir adiante na derivação. Em construções transitivas padrão, com um DP pleno (isto é, com traços- ϕ valorados) na posição de argumento externo, a concatenação de T ativaria uma sonda que estabeleceria *Agree* entre ele e esse DP. O argumento externo então valoraria os traços- ϕ de T e, em contrapartida, receberia Caso. Essa parte da derivação não ocorre se o argumento externo for uma anáfora, pois ela não possui valores de traços- ϕ para atribuir a T. Como consequência, ela não recebe Caso⁹.

Ao contrário dos traços- ϕ , o traço de Caso tem o potencial de barrar a derivação, caso nada seja feito. Lazzarini-Cyrino (2015), assim como Schäfer (2008), postula que a ausência de Caso não seria problema em LF, argumentando que, por não carregar informação interpretativa, é irrelevante nesse componente. Percepção similar é vista em Levin (2015). Esse autor investiga dados em que um nominal consegue se manifestar na língua mesmo sem Caso. Isso pode ser constatado, por exemplo, no fenômeno conhecido como o sujeito *in situ* de certas línguas austronésias: sempre que o argumento sujeito não expressa a morfologia de Caso, sua liberdade de linearização se perde, e ele só pode se manifestar adjacente ao verbo, na sua posição de base. Como a convergência da derivação parece depender de um requerimento de linearização, Levin (2015) conclui que, qualquer que seja o mecanismo utilizado para salvá-la, precisa ser implementado em PF, pois é lá que a linearidade importa, não na sintaxe, que trabalha com hierarquias. Assim, o Caso teria de ter sobrevivido à sintaxe, ser desconsiderado em LF e verificado em PF. Em outras palavras, o filtro do Caso seria checado nesse componente.

A anáfora sem Caso, logo, só possuiria o potencial de prejudicar a derivação de fato em PF. Lazzarini-Cyrino (2015) propõe que, nesse momento, ocorre um processo para salvar a derivação, movendo a anáfora para junto do núcleo verbal, o que elimina a necessidade de Caso. O estatuto morfológico

8 “The unvalued case-feature makes the DP active, and the unvalued ϕ -features make T and ν active. Case is a special feature, though. It is a feature on DP, but not on ν or T. [...] DP gets its case-feature valued as a side effect of ϕ -feature Agreement. If a DP values all ϕ -features on ν or T case gets valued.”

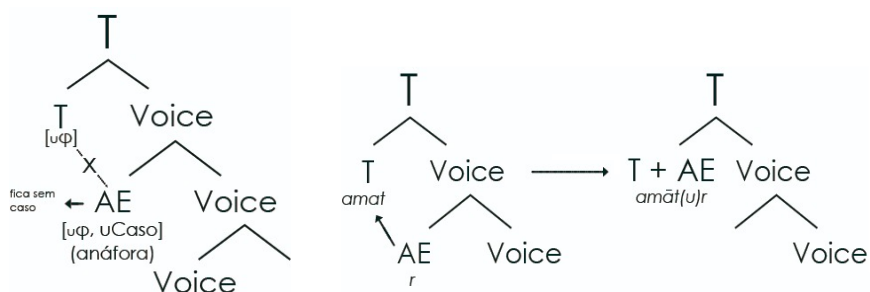
9 Há mais consequências na situação que se configura nesse momento. Uma delas é a de que a anáfora, por ter permanecido defectiva, não é admitida para satisfazer o traço EPP de T; por conseguinte, o próximo DP da estrutura – caso haja um, como um argumento interno – é escolhido para fazê-lo. É daí que decorre o estatuto de sujeito sintático do argumento interno em estruturas passivas e anticausativas, por exemplo, bem como a marcação de Caso nominativo nele.

dependente ou preso das marcas de SPR seria uma consequência desse problema da ausência de Caso em PF, porque elas seriam “transformadas” em uma parte do verbo. A operação que promove essa incorporação é conhecida como Deslocamento Local (EMBICK e NOYER, 2001). É um mecanismo pós-sintático, aplicado na Morfologia, que resulta numa afixação sob adjacência: um elemento é movido para junto daquele que o precede imediatamente, passando a formar uma unidade com ele. Tanto afixos quanto clíticos são resultados possíveis da operação (LEVIN, 2015)¹⁰.

Sendo aplicado o Deslocamento Local numa estrutura que contém uma anáfora na posição de argumento externo, o resultado final será, então, uma forma verbal com uma marcação adicional – a anáfora incorporada. O SPR latino se origina assim. As diferentes interpretações (passiva, impessoal etc.) decorrem simplesmente de essa anáfora ocupar posições ligeiramente diferentes nessas várias estruturas – mas, crucialmente, sempre se manter não ligada. Fazemos uma derivação genérica para elucidar como tudo ocorre, utilizando novamente o verbo *amō*. Assumiremos que o argumento externo é introduzido por um núcleo *Voice* (KRATZER, 1996), e que o próximo núcleo é T:

(3) Derivação de uma estrutura de anáfora não ligada

a. Estrutura sintática b. Incorporação em PF



18

O esquema em (3) mostra que a operação em verdade é simples: T e argumento externo são linearmente adjacentes, então, contanto que nenhum material intervenha entre eles, é possível aplicar o Deslocamento Local em caso de necessidade. O *r* então se torna um sufixo da forma verbal. Como isso se dá em PF, a essa altura, T na verdade é um núcleo complexo, contendo a raiz e desinências de tempo, número e pessoa. É por isso que a anáfora incorporada sempre surge após os morfemas de concordância.

¹⁰ O Deslocamento Local não pode ser aplicado livremente em qualquer elemento sem caso; há uma série de restrições, entre as quais a necessidade de que os dois elementos adjacentes estejam na mesma fase e que possuam a mesma natureza morfológica (palavra-m ou subpalavra). Para um detalhamento das limitações de aplicação do Deslocamento Local, cf. Embick (2015). Também é importante mencionar que o Deslocamento Local não é um mecanismo exclusivo para solucionar problemas de caso, mas sim um dos mecanismos dos quais PF pode se utilizar para tal. Para mais sobre esse uso do Deslocamento Local, cf. Levin (2015).

Apesar de o sistema geral ser simples, nem tudo está perfeito. Como visto em (3b), é preciso adicionar uma vogal *u* para que a derivação hipotetizada seja suficientemente acurada, e a VT sofre uma mudança de peso. Além disso, se simplesmente afixarmos *r* a todas as outras formas verbais (isto é, com outras desinências número-pessoais), os resultados ficam ainda mais discrepantes. Algo precisará ser feito para explicar isso. É disso que nos ocuparemos em nossa próxima seção. Antes disso, porém, abordaremos brevemente mais dois pontos importantes da proposta: a motivação para a presença da anáfora nessa posição alta e as estruturas que geram os diferentes contextos do SPR.

A presença da anáfora nessa posição pouco usual se deve, nessa análise, a uma exigência do núcleo *Voice*. *Voice* é entendido como responsável pela introdução de um desencadeador para eventos. Assim, sua presença inclui também, necessariamente, um argumento externo. Em suma, quando *Voice* está presente, mas não há um DP pleno disponível para ocupar a posição argumental que ele abre, a anáfora entra como *default* apenas para garantir o preenchimento da posição. Esse elemento é escolhido porque não possui referência e, por isso, não compromete o sentido construído¹¹. Isso, por sua vez, gera os efeitos abordados até aqui.

As diferentes interpretações dos contextos são consequência de eles diferirem na sua formação sintática de maneira mais ampla. Aplicando uma adaptação da proposta de Folli e Harley (2004), Gonçalves e Armelin (2021) propõem que ele pode ser do tipo DO ou CAUSE. O primeiro introduz um argumento externo agentivo, e o segundo, um causativo. A presença da anáfora como argumento externo de *Voice_{DO}* produz a construção passiva, e a mesma estrutura, mas com o *Voice_{CAUSE}*, produz o anticausativo. As construções impessoais, idênticas morfológicamente às passivas em latim, são tratadas nessa análise como parte do mesmo domínio.

Esses três contextos resultam de estruturas sintáticas simples, enquanto médios e depoentes são detentores de núcleos adicionais, que interagem com a anáfora para promover suas leituras específicas. No caso dos médios, assume-se que um núcleo Appl (PYLKKÄNEN, 2008) é responsável pela introdução do elemento que, posteriormente, se tornará o sujeito sintático. *Voice* também introduz o seu próprio argumento: a anáfora. Como nos três primeiros contextos, ela precisará se incorporar, pois não há referente na estrutura sintática. Já os verbos depoentes são divididos em três tipos. Propõe-se que os depoentes cujo sentido se mostra mais próximo do que se esperaria de uma voz ativa são, em verdade, médios, sendo, então, derivados como tais. Um segundo grupo de depoentes apresenta o papel- θ experienciador

11 Deve-se mencionar que, no sistema de Heinat (2006a, b) não há uma distinção *a priori* entre anáforas e pronomes como no modelo da Teoria de Ligação clássica, uma vez que seu modelo se baseia unicamente em relações de *Agree*. Assim, “anáfora” aqui é usado de maneira genérica para qualquer elemento cujos traços- ϕ sejam valorados via *Agree* na sintaxe.

no seu sujeito. Para esses depoentes, propõe-se uma estrutura semelhante à dos médios, mas com um núcleo EXP, inspirado nas observações de Pesetsky (1996) para esse papel- θ , como responsável pela introdução do argumento experienciador. Finalmente, depoentes cujo sentido não carrega aspecto verdadeiramente ativo não projetam *Voice*, mas ainda possuem a anáfora na sua estrutura, desta vez introduzida por Appl. Sem argumento externo, ela passa a ser o DP mais alto na estrutura, e os mesmos efeitos detectados nos outros contextos se repetem.

As descrições acima são bastante sucintas e não exploram realmente a sintaxe do SPR. Isso porque nosso objetivo com este artigo é analisar a realização das peças que o envolvem. Incluímos a descrição básica no trabalho apenas para fins de completude, mas recomenda-se a leitura da proposta original para a compreensão plena do funcionamento. Na próxima seção, avançaremos, enfim, para a definição dos IVs e das suas condições de inserção.

4 Derivando o Vocabulário: *-r* e seus alomorfes

Como visto na seção anterior, o diagrama em (3) prevê resultados que não são plenamente compatíveis como os dados reais da língua. Para começar, sabemos que o *-r* é apenas a realização *default* dessa anáfora e, portanto, se assumíssemos apenas esse expoente para todas as pessoas, teríamos problemas. Ele possui dois alomorfes: *-is* para a 2ª pessoa singular e *-minī* para a 2ª plural. Sendo assim, vamos começar definindo as regras de inserção de cada um desses IVs:

(4) Itens de Vocabulário: *-r* e seus alomorfes

[anáfora, +2, +pl] \leftrightarrow *-minī*¹²

[anáfora, +2] \leftrightarrow *-is*

[anáfora] \leftrightarrow *-r*

O que (4) nos informa é que há um objeto anafórico na língua, que é realizado, por *default*, pelo IV *-r*. Condições mais específicas ativam os outros dois expoentes fonológicos: *-is* entra em cena apenas quando essa anáfora possui um traço de 2ª pessoa, e *-minī* é a peça mais especificada, vencendo a competição em caso de um mesmo nó conter traços de 2ª pessoa e plural simultaneamente. Essas regras preveem as desinências corretas, mas o complexo verbal, como um todo, ainda não exibirá a forma final desejada.

12 Usamos a representação [anáfora] como um traço genérico para representar esse elemento, embora reconheçamos que ele deve ser composto por um feixe de traços mais complexo. Essa decomposição mais fina não afeta a análise, que pode ser adaptada substituindo esse rótulo pelo conjunto de traços em questão. Para uma discussão acerca da composição das anáforas, cf. Heintz (2006a, 2006b).

Apresentamos uma comparação entre as formas previstas e as realmente vistas na língua:

(5) Comparação entre formas previstas e encontradas

a. formas previstas	b. formas da língua
* <i>amōr</i>	<i>amor</i>
* <i>amāsis</i>	<i>amāris</i>
* <i>amatr</i>	<i>amātur</i>
* <i>amāmusr</i>	<i>amāmur</i>
* <i>amātisminī</i>	<i>amāminī</i>
* <i>amantr</i>	<i>amantur</i>

Há discrepâncias em todas as pessoas e, embora sejam relativamente pequenas, não se pode simplesmente ignorá-las. Se a derivação proposta para esse elemento está correta, algo precisa ser feito para acomodar as diferenças entre as duas colunas em (5). A maneira de solucionar isso é através de um recurso disponível na Morfologia: as chamadas *regras de reajuste*. Elas são regras aplicadas em PF para garantir a boa formação das estruturas, no sentido de se adequarem às exigências fonológicas da língua (HALLE e MARANTZ, 1993), e podem ser desencadeadas por traços ou pela constituição fonológica gerada pelo processo de inserção de vocabulário – o que significa que atuam sobre IVs já inseridos. Regras desse tipo fazem parte do sistema fonológico da língua e são ativadas automaticamente quando os contextos adequados se formam, independentemente de qualquer outro fator¹³.

As regras de reajuste precisam ser ativadas no conjunto de dados em (5a) porque todas essas formas são malformadas do ponto de vista da fonologia do latim. Começando pela 1ª pessoa singular, observa-se uma mudança de peso na vogal da desinência número-pessoal, que passou de *ō* (“o longo”) a *o* (“o breve”). A solução é simples. Ocorre que o latim não permite vogais longas antes de *-r*, *-m* e *-t* finais, antes de *-nt* e antes de outra vogal longa (BALDI, 2002). Assim, uma regra de reajuste forçou o encurtamento da vogal na 1ª pessoa singular, já que, nessa configuração de número/pessoa, uma vogal longa, *ō*, ficou seguida de *-r* final. Essa regra é sistematizada em (6), abaixo.

(6) Regra de reajuste: vogais longas e breves

V[longa] → V[breve] / ____ ^ *r., m., t., nt*, V[longa]

13 Nosso trabalho se preocupa especificamente com o sufixo *-r* e, por isso, não empreenderemos uma busca pelas regras de inserção de todos os outros IVs do complexo verbal. Como as regras de que precisamos são aplicadas após a inserção, não é essencial para a análise determinar como eles se organizam na Lista 2.

Na regra em (6), a barra indica que aquele é o contexto em que a regra será ativada, e o símbolo ^ indica adjacência linear (fonológica). Assim, a regra deve ser lida como “vogal longa passa a breve quando precede imediatamente um *r* final, um *m* final, um *t* final, *nt* ou qualquer vogal longa”. Ressalta-se, novamente, que essas regras atuam sobre os IVs já inseridos, e por isso fazem menção a características fonológicas da língua.

Avançando para a 2ª pessoa singular, com o alomorfe *-is*, esperava-se a forma **amāsis*. Ela não se realiza assim devido a outra regra do latim, a do rotacismo: nessa língua, ocorre um fenômeno em que a consoante *s*, quando intervocálica, é trocada por *r*. Temos, assim, *amāris*. (7) sintetiza a regra, de acordo com Embick (2015):

(7) Regra de reajuste: rotacismo

$$/s/ \rightarrow /r/ / V _ V$$

Para a 3ª pessoa singular, há dois efeitos: a VT sofre uma mudança de duração, semelhante ao que ocorreu na desinência número-pessoal na 1ª pessoa singular, mas aqui de breve a longa, e surge um *u* entre a desinência número-pessoal e a anáfora que foi incorporada. Para a mudança de duração, não há necessidade de uma regra extra, bastando retomar (6). Deve-se notar que a VT de 1ª conjugação na verdade é *ā* (“a longo”) e não *a* (“a breve”). Nas formas ativas de 3ª pessoa singular, esse *ā* é encurtado, pois é seguido por um *t* final, configuração em que *ā* seria proibido. Na voz passiva, como há material fonológico adicional, o *t* não é mais final, e a regra, então, não se aplica, mantendo-se o *ā*. A presença do *u* decorre de outra má-formação fonológica. A forma **amatr* possui duas consoantes em posição de coda na última sílaba, e apenas uma pode ser licenciada. Há duas saídas lógicas para esse problema: deletar uma das duas consoantes ou adicionar uma vogal entre elas, dividindo-as em duas sílabas. Ambas as soluções são empregadas no latim, mas em condições diferentes: aqui, na 3ª pessoa singular, a segunda é usada, com o *u* sendo apenas uma vogal epentética, portanto. O mesmo será visto na 3ª plural, brevemente.

Imediatamente a seguir, na 1ª pessoa plural, observa-se a outra solução para esse problema, no ajuste entre **amāmusr* e *amamur*. Aqui, o *s* foi deletado. A escolha por uma ou outra parece condicionada pela pessoa gramatical, uma vez que, como veremos mais adiante, o mesmo efeito ocorrerá também na 1ª pessoa singular em outro tempo verbal. Sistematizamos a regra a seguir:

(8) Regra de reajuste: sequência de consoantes

a. $/cons/ \rightarrow / \emptyset / / _ _ _ \wedge /cons/ [+1]$

b. $/cons/ \wedge /cons/ \rightarrow /cons/ \wedge /u/ \wedge /cons/$

A regra em (8a) deve ser lida como “consoante passa a Ø se seguida de outra consoante em contexto de 1ª pessoa”¹⁴; (8b) é lida como “uma vogal *u* deve ser inserida se houver uma consoante seguida de outra consoante”. Observe-se que essas regras fazem previsões específicas, em verdade, apenas para a 1ª pessoa. A regra em (8b) não traz nenhuma informação nesse sentido e, portanto, poderia ser aplicada também na 2ª pessoa. Mas isso não acontecerá, porque as 2ªs pessoas possuem IVs mais especificados, e a forma desses itens é tal que eles não têm a descrição apropriada para se sujeitar à regra.

Na 2ª pessoa plural, pode-se observar que *-minī* se sobrepõe até à desinência número-pessoal que deveria haver ali (*-tis*). Embick (2015) propõe que isso resulta de uma *fusão de nós*. Essa operação combina dois morfemas adjacentes em apenas um, fazendo com que apenas um IV seja inserido naquela posição. Tal caracterização não é compatível com o sistema adotado aqui, porque a fusão de nós ocorre antes da inserção de vocabulário, enquanto o Deslocamento Local ocorre depois. O que pode ocorrer é que esses dois nós influenciem um ao outro, devido à sua proximidade hierárquica e linear. Relembremos que, como os traços-φ do argumento interno foram copiados para a anáfora, haverá dois nós adjacentes contendo uma especificação de 2ª pessoa de plural (já que esses mesmos traços também estão em T). Segundo Calabrese (2011), essa é uma configuração marcada nas línguas latinas (bem como a 1ª pessoa plural) e o sistema linguístico evita permitir idiosincrasias na sua realização fonológica – uma releitura do Princípio da Compensação de Brøndal (1940), que prevê que categorias marcadas evitarão se relacionar. Se possível, o sistema linguístico fará algo para impedir que isso aconteça.

Traduzindo em termos mais concretos e aplicando à nossa estrutura, há dois nós de grande especificação (2ª pessoa e plural) em sequência e cuja realização fonológica não é a *default* para nenhum deles (pode ser difícil identificar qual seria o *default* de um nó que acumula número e pessoa, mas certamente não seria o *-tis*, que só se manifesta em um único contexto; quanto à anáfora, o *default* é *-r*). O Princípio da Compensação não permitirá que os dois se realizem, pois isso constituiria uma idiosincrasia. A proposta é que, então, o nó que carrega a desinência número-pessoal, Agr, seja deletado nessa configuração, e, com isso, *-minī* seja incorporado diretamente ao expoente de T. Como os dois nós incompatíveis possuem exatamente a mesma configuração de traços, poder-se-ia questionar por que é Agr que é deletado, e não a anáfora. Isso ocorre porque a inserção de vocabulário se dá de baixo para cima. Assim, necessariamente seu expoente será introduzido primeiro. Como o sistema não tem como prever que o IV não é o *default* antes da busca vocabular, não faz sentido deletar o nó antes disso. Após sua

14 Não exploraremos um sistema de decomposição de pessoas gramaticais, pois a caracterização desses traços não afeta diretamente nossa análise, que pode ser adaptada para diferentes tipos de propostas. Usaremos traços simples, [+1] e [+2], apenas como dispositivo de rotulação.

inserção, porém, quando o próximo nó, também marcado, encontrar uma realização não *default*, a derivação, ao invés de inseri-lo, ativará a deleção. A regra é estipulada em (9):

(9) Regra de apagamento de nó

$$[+2, +pl] / \text{n\~{a}o default} \wedge [+2, +pl] / \text{n\~{a}o default} \rightarrow [+2, +pl] / \text{n\~{a}o default}$$

Essa regra deve ser lida como: “em contexto de 2ª pessoa plural imediatamente seguida de 2ª pessoa plural em que ambos os expoentes fonológicos são não *default*, uma deve ser deletada”. A estruturação do sistema garante naturalmente que será a mais alta. Cabe ressaltar que o princípio não será ativado em nenhuma outra situação com nossa anáfora, porque o único outro expoente não *default* para ela é o de 2ª pessoa singular, não considerado um contexto marcado (CALABRESE, 2011), portanto nada é deletado. A 1ª pessoa plural, esta sim marcada, usa o expoente *default* e, logo, também não há necessidade de apagamento nesse caso.

Por fim, no ajuste entre **amantr* e *amantur*, na 3ª pessoa plural, há apenas uma nova ativação da regra em (8b), para evitar a sequência de consoantes em coda. Note-se que, ao contrário da 3ª pessoa singular, não há diferença com relação à VT nas duas formas. Isso ocorre porque, como previsto em (6), vogais longas são encurtadas também antes da sequência *nt*, mas em qualquer posição, não apenas na final. Essa sequência existe tanto na versão ativa quanto na passiva, então a regra se aplica nas duas.

24 Com isso, todas as formas previstas na derivação se igualam às dos dados da língua. Mas esses dados são apenas do tempo presente, e o *-r* aparece no imperfeito e no futuro também. As formas desses tempos diferem minimamente das do presente, contudo, adicionando apenas um morfema específico para o tempo (*-ba* para o imperfeito e *-bi*¹⁵ para o futuro), que não afeta a realização da anáfora incorporada, pois se concatena antes das desinências número-pessoais. Não há, então, relação direta entre eles. Entretanto, há uma desinência número-pessoal, a de 1ª pessoa singular, que é sensível a eles. No imperfeito, ela não se realiza como *-ō*, mas sim como *-am*. Temos então *amābam* para a 1ª pessoa singular. O mesmo IV aparece no futuro, embora apenas nos verbos de 3ª, 4ª e 5ª declinação. Temos, por exemplo, *audiam* como futuro de 1ª pessoa singular para o verbo *audiō* (“ouvir”). Naturalmente, então, quando ocorre a afixação do *-r* numa forma fonológica terminada em *-am*, como *amābam*, haverá novamente duas consoantes numa posição que não permite isso. A regra em (8) será então ativada. Como são dados de 1ª pessoa, será ativada, mais especificamente, a

15 Usamos *-bi* como representação *default* do futuro, mas ele possui alomorfes, como *-bo* e *-bu*, condicionados por pessoa, e *-e*, condicionado por classe de conjugação. Nada disso afeta a nossa representação para a anáfora, sendo, portanto, dispensável formalizar esses IVs.

regra (8a). Assim, em vez de **amābamr* ou **audiamr*, as formas finais serão *amābar* e *audiar*.

Com isso, todas as possibilidades de realização dessa anáfora e as interações que ela promove com a forma verbal estão contempladas. Cabe ressaltar que o morfema *-r* apresenta todo esse comportamento em apenas metade do paradigma verbal latino. Os tempos dessa língua são classificados sob dois conjuntos aspectuais, chamados *īnfectum* e *perfectum*. O *īnfectum* compreende os tempos de ação não concluída, ou “imperfeitos” – presente, pretérito imperfeito e futuro; já o *perfectum* compreende os tempos de ação concluída, ou “perfeitos” – pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro perfeito. As formas “passivas” (isto é, a voz passiva e seus domínios sincréticos) se manifestam com o *-r* apenas no *īnfectum*. No *perfectum*, surge outra estrutura, composta do auxiliar *sum* (“ser”) + particípio do verbo principal. As duas possibilidades se encontram numa distribuição complementar, já que possuem exatamente as mesmas aplicações, mas são condicionadas pelo aspecto. Todavia, como neste trabalho estamos interessados numa descrição das formas, as diferentes realizações exigiriam análises distintas, extrapolando as possibilidades de espaço. Por essa razão, encerraremos a investigação no *īnfectum*.

Retomando a discussão mais ampla da extensão do SPR, o motivo para diferentes línguas apresentarem diferentes graus desse fenômeno também pode ser formalizado com IVs. Ainda que, conceitualmente, esse tipo de sincretismo se motive por um entendimento geral de que há algo em comum nessas estruturas (a afetação do sujeito), a realização dos contextos de maneira idêntica só se dará se não houver IVs mais especificados para um ou outro. O latim, por exemplo, dispõe de IVs mais especificados em posições de Caso, e é por isso que reflexivos se realizam como alguma variação de *sē* e não *-r*. Outras línguas podem possuir IVs com especificações variadas. Por completude, apresentamos a seguir especificações de vocabulário para as variantes de *sē* do latim. Essas classificações têm o único intuito de estabelecer um contexto de inserção diferente dos de *-r* e, como tal, não serão tão elaboradas quanto poderiam ser; as propriedades exatas do *sē* não fazem parte do escopo delimitado para este trabalho:

(10) Itens de Vocabulário: *sē* e seus alomorfes¹⁶

[anáfora, +dat] ↔ *sibi*

[anáfora, +gen] ↔ *suī*

[anáfora, +Caso] ↔ *sē*

16 Por brevidade, listamos apenas as variantes do *sē* propriamente dito, deixando de lado as que envolvem concordância com 1ª ou 2ª pessoa, como *mē* e *tē*. Elas teriam basicamente as mesmas especificações, mas acrescidas de traços como [+1], [+2] ou [+pl], por exemplo.

De maneira semelhante às realizações do *-r*, temos três IVs em competição aqui. A classificação em (10) prevê um IV anafórico específico apenas para os Casos dativo e genitivo – *sibi* e *sui*, respectivamente. O *sē* na verdade é subespecificado e, portanto, a princípio caberia em todas as posições marcadas com Caso. É por isso que ele é visto tanto no acusativo quanto no ablativo. Em termos de especificação, isso também prevê que ele poderia ser inserido num nó de nominativo. Isso só não acontece porque sempre que uma anáfora ocupa a posição de argumento externo – o argumento preferencial para ser alçado à posição de sujeito e receber nominativo – ela não poderá se ligar, resultando nos efeitos discutidos anteriormente no trabalho, que culminam na sua incorporação.

Considerações finais

Neste trabalho, revisitamos a proposta de Gonçalves e Armelin (2021) para o SPR latino e a abordamos sob um outro ângulo, o da realização morfológica, a fim de averiguar até que ponto as previsões feitas naquele trabalho se aplicam de fato aos dados da língua. Verificamos que a simples afixação do elemento sincrético não é suficiente para derivar as formas verbais, sendo necessária a aplicação de operações no domínio da morfologia para que isso ocorra. Todavia, tais operações estão dentro do escopo permitido e, mais, previsto pelas necessidades fonológicas da língua, gerando sem dificuldade os dados reais. Com isso, este trabalho atua como evidência a favor da proposta em questão, pois complementa sua análise sintática com uma perspectiva morfológica.

26

Referências

ALEXIADOU, A. Where is non-active morphology. *Proceedings of the 20th conference on Head-driven phrase structure grammar*, p. 244-262, 2013.

BALDI, P. *The foundations of Latin*. Berlin: Walter de Gruyter, 2010.

BRØNDAL, V. *Compensation et variation, deux principes de linguistique générale*, 1940.

CALABRESE, A. Investigations on markedness, syncretism and zero exponence in morphology. *Morphology*, v. 21, n. 2, p. 283-325, 2011.

EMBICK, D. Features, syntax, and categories in the Latin Perfect. *Linguistic Inquiry*, v. 31, n. 2, 185-230, 2000.

- EMBICK, D. *The Morpheme: A Theoretical Introduction*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015.
- EMBICK, D.; NOYER, R. Movement operations after syntax. *Linguistic inquiry*, v. 32, n. 4, p. 555-595, 2001.
- FOLLI, R.; HARLEY, H. Flavors of v. *Aspectual inquiries*, p. 95-120, 2005.
- GONÇALVES, L.; ARMELIN, P. R. G. O sincretismo do morfema -r em latim: ausência de Caso e incorporação pós-sintática. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 63, 2021.
- GRESTENBERGER, L. Deponency as reanalysis: A diachronic account of voice mismatches. *Vienna: Concordia University/ University of Vienna, MS*, 2017.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (eds.). *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass: MIT Press, p. 111-176, 1993.
- HAUGEN, J. D.; SIDDIQI, D. Roots and the derivation. *Linguistic Inquiry*, v. 44, n. 3, p. 493-517, 2013.
- HARLEY, H. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics: An Open Peer Review Journal*, v. 40, n. 3-4, p. 225-276, 2014.
- HEINAT, F. Why phrases probe. *The Department of English in Lund: Working Papers in Linguistics*, v. 5, p. 33-63, 2005.
- HEINAT, F. Probes, pronouns, and binding in the minimalist program. *The Department of English in Lund: Working Papers in Linguistics*, v. 6, p. 19-37, 2006.
- HEINAT, F. Binding condition C and derivation by phase. *Manninen & Paradis*, 2006.
- KRATZER, A. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, J.; ZARING, L. (eds.) *Phrase structure and the lexicon*. Heidelberg: Springer Science & Business Media, p. 109-137, 1996.
- LAZZARINI-CYRINO, J.P. *O sincretismo passivo-reflexivo: um estudo translinguístico*. Universidade de São Paulo, 2015.

LEVIN, T. F. *Licensing without case*. MIT, 2015.

MARANTZ, A. No Escape from Syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own Lexicon. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, Philadelphia, v. 4, n. 2, p.221-225, 1997.

PESETSKY, D. M. *Zero syntax: Experiencers and cascades*. MIT press, 1996.

PINZIN, F., VoiceP deactivation and deponency in Latin. *Annali di Ca' Foscari, serie occidentale*, v. 49, 2015.

PUJALTE, M.; SAAB, A. Syncretism As PF-Repair: The Case Of SE-Insertion In Spanish. In: *The end of argument structure*, p. 229-260, 2012.

PYLKKÄNEN, L. *Introducing arguments*. MIT press, 2008.

SCHÄFER, F. *The syntax of (anti-) causatives: External arguments in change-of-state contexts*. John Benjamins Publishing, 2008.